

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i> | Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i> | Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3250/2020-PGJ, DE 13.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 1º e 2.6.2019, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.10.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3234/2020-PGJ, DE 13.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Sonora, Adriano Barrozo da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência da Vara Única da comarca de Iguatemi, no dia 15.10.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3235/2020-PGJ, DE 13.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Cassilândia, Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 13 a 16.10.2020 e no dia 30.10.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães; e tornar sem efeito a Portaria nº 3215/2020-PGJ, de 8.10.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3239/2020-PGJ, DE 13.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Corumbá, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 23.10.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3240/2020-PGJ, DE 13.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Corumbá, Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 23.10.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3241/2020-PGJ, DE 13.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Chapadão do Sul, Matheus Macedo Cartapatti, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 7 a 14.10.2020, em razão de licença da titular, Fernanda Proença de Azambuja.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3248/2020-PGJ, DE 13.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3121/2020-PGJ, de 30.9.2020, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de outubro de 2020, de forma que, onde consta:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|---|-----------------------|------------------------------------|---------------------|
| REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA | | | |
| 9 a 12.10.2020 | 2ª PJ de Coxim | Daniella Costa da Silva | 98478-2397 |
| 31.10 a 2.11.2020 | 3ª PJ de Coxim | Victor Leonardo de Miranda Taveira | 99933-4292 |

Passe a constar:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|---|-----------------------|------------------------------------|---------------------|
| REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA | | | |
| 9 a 12.10.2020 | 3ª PJ de Coxim | Victor Leonardo de Miranda Taveira | 99933-4292 |
| 31.10 a 2.11.2020 | 2ª PJ de Coxim | Daniella Costa da Silva | 98478-2397 |

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3252/2020-PGJ, DE 13.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Regina Dornt Broch 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 1º a 15.10.2020, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3253/2020-PGJ, DE 13.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 7 e 8.10 e 2.12.2017, a serem usufruídos nos dias 7, 8 e 13.10.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3247/2020-PGJ, DE 13.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 15.10.2020, a Portaria nº 3540/2019-PGJ, de 25.9.2019, que designou os servidores Marcio Lopes e Ottoni Sá Leal de Figueiredo para, sem prejuízo de suas funções, cumprirem as diligências dos procedimentos extrajudiciais do Grupo Auxiliar de Tutela Coletiva da 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº e-161/2020-PGJ, DE 6.10.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Rejane Sena Pereira da Silva Stefani, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.9.2021 e 9 a 18.12.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 7 a 16.1.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-172/2020/PGJ, DE 6.10.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Joel Gonçalves Coelho, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 30.1.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1 a 10.2.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 57/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

Notícia de Fato nº 01.2020.00007337-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã - Recorrente: Cristiane Rodrigues Machado - Recorrido: Ministério Público Estadual - Assunto: Apurar eventual irregularidade na não nomeação de aprovados em concurso público.

Campo Grande, 13 de outubro de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

AVISO Nº 58/2020/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2015.00000201-2 (Sigiloso)** - 50ª Promotoria de Justiça de Execução Penal da comarca de Campo Grande. **2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000438-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Fátima do Sul - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo gestor da Câmara Municipal de Fátima do Sul, tendo em vista a existência de servidores públicos ocupantes de cargos em comissão alheios às funções de direção, chefia ou assessoramento, bem como a necessidade de preenchimento dos cargos de provimento efetivo mediante concurso público. **3) Inquérito Civil nº 06.2017.00002359-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Kenya Correa Lemes de Souza - Assunto: Apurar suposta



irregularidade ambiental nas fazendas Fênix e Fazendinha, consistentes na supressão de 26,98 hectares de vegetação nativa de cerrado. **Advogada: Janaina Bonomini Pickler Gonçalves, OAB/MS nº 13.137.** 4) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000299-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar irregularidades ambientais na construção do empreendimento Rio Bonito I, no município de Bonito/MS. 5) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001834-9 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência. 6) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001846-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jaimilson Ferreira de Melo - Assunto: Apurar eventual irregularidades jurídico-ambientais na "Estância Luar" e "Madeira Luar", consistente no desdobramento de madeira, ausência de isolamento das áreas de preservação permanente e comercialização de madeiras sem Documento de Origem Florestal (DOF). 7) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001969-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar supostas irregularidades na contratação de prestadores de serviços, pela Prefeitura Municipal de Bodoquena, entre os meses de outubro e novembro de 2016. 8) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000379-3 (Sigiloso)** - 10ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados. **Advogado: Antônio Alves Seabra, OAB/MS nº 13.610.** 9) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000931-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público - Requerido: A apurar - Assunto: Averiguar possível irregularidade na concessão de incentivos fiscais à empresa Lactalis do Brasil - Comércio, Importação e Exportação de Laticínios Ltda. (antiga Heloisa Indústria e Comércio de Produtos Lácteos Ltda). 10) **Inquérito Civil nº 06.2019.00001163-8** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados - Requerente: Ministério Público de Estado do Mato Grosso do Sul - Requeridos: Carlos Bueno do Prado e o município de Glória de Dourados - Assunto: Apurar eventual ocorrência de nepotismo no âmbito da Prefeitura Municipal, bem como apurar eventual enriquecimento ilícito e ofensa ao princípio da impessoalidade. 11) **Inquérito Civil nº 06.2019.00001509-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Severino Doreto - Assunto: Apurar o corte e armazenamento ilegal de madeiras do tipo angico e aroeira, totalizando em 338 lascas e 18 firmes, na propriedade rural fazenda Vista Alegre, de propriedade de Severino Doreto. 12) **Inquérito Civil nº 06.2019.00001530-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ricardo Kenji Utida - Assunto: Apurar eventual prática de dano ambiental na propriedade do requerido, noticiada no Auto de Infração nº 1462, de 17/09/2019 - PMA/IMASUL e documentos que o acompanham (fls. 06-15), bem como promover medidas necessárias à recuperação e à reparação ambiental. 13) **Inquérito Civil nº 06.2020.00000333-8** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Batayporã - Assunto: Apurar possível descumprimento pelo município de Batayporã das disposições previstas na Lei de Acesso à Informação e Lei da Transparência. 14) **Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000515-8** - 10ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e o município de Dourados-MS - Assunto: Apurar a disponibilização de insumos e materiais básicos para atuação dos profissionais de saúde da Atenção Básica de Dourados nas ações de combate e enfrentamento à pandemia de COVID-19 (novo Coronavírus). 15) **Procedimento Preparatório nº 06.2020.00001046-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerente: Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica - Requerida: Madeireira Vitória Régia Ind. Com. Transp. Imp. e Exp. de madeiras Ltda. - Assunto: Registrar o reclamo da Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica referente a Autuação em desfavor da empresa Madeireira Vitória Régia Ind. Com. Transp. Imp. e Exp. de Madeiras Ltda., por transportar madeiras serradas sem licença válida para todo o tempo da viagem, outorgada pela autoridade competente.

Campo Grande, 13 de outubro de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****BELA VISTA****RECOMENDAÇÃO 0007/2020/PJ/BVT/SAJ/MP**

Recomenda ao Município de Caracol/MS e aos organizadores de eventos de qualquer natureza que adotem as providências necessárias para evitar, em todo território municipal, a realização de eventos que possam gerar aglomeração de pessoas, cumprindo integralmente as regras constantes no Decreto Municipal nº 30/2020 e posteriores alterações, assim como nos demais decretos estaduais que dispõem sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, seguindo todos as vedações e os protocolos do Governo do Estado, durante o período em que vigorar o estado emergencial de calamidade pública decorrente da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).

Procedimento Administrativo: 09.2020.00001238-1

Requerente: Ministério Público Estadual

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do PROMOTOR DE JUSTIÇA titular da 1ª Promotoria de Justiça de Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 129, incisos III, VI e IX, da Constituição Federal de 1988; artigo 26, inciso I, e alíneas, da Lei Federal nº 8.625/93;

CONSIDERANDO que, a teor do art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal 8.625/93, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (LONMP), cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos poderes estaduais ou municipais e, no exercício dessas atribuições, promover Ações Cíveis Públicas, Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos, Recomendações dirigidas a órgãos e entidades, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, nos termos do art. 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, declarou situação de pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), momento em que uma doença se espalha por diversos continentes com transmissão sustentada entre humanos;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, nos termos da Portaria nº 188/2020, editada com base no Decreto Federal nº 7.616/2011, declarou situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (Sars-Cov-2);

CONSIDERANDO a Nota Técnica Conjunta nº 1/2020, elaborada pelo Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público Federal, que trata da atuação dos membros do Ministério Público brasileiro, em face da decretação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional para o coronavírus (COVID-19), em que se evidencia “a necessidade de atuação conjunta, interinstitucional, e voltada à atuação preventiva, extrajudicial e resolutiva, em face dos riscos crescentes da epidemia instalar-se no território nacional”;

CONSIDERANDO que o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Legislativo nº 620, de 20 de março de 2020, reconheceu a ocorrência de estado de calamidade pública, assim como dispôs sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território estadual, por meio do Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020 e alterações posteriores;



CONSIDERANDO o teor na Nota de Instrução Normativa nº 02/2020, de 19 de março de 2020, expedida pelo Centro de Operações de Emergência – COE/MS da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul – MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA O CORONAVÍRUS (COVID-19)¹;

CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 30, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus – COVID-19 e dá outras providências, regulamentando a matéria no âmbito do Município de Caracol/MS;

CONSIDERANDO que o decreto municipal supra veda expressamente, a partir de 26 de março de 2020 e por prazo indeterminado, as concessões de licenças e alvarás para realização de eventos privados, casas noturnas e estabelecimentos congêneres, independentemente do número de pessoas (art. 2º);

CONSIDERANDO que o decreto também proíbe expressamente, por tempo indeterminado, a realização de qualquer festa particular, cultos, celebrações de missas, reuniões religiosas, e quaisquer outras espécies de eventos com aglomerações de pessoas (art. 3º), cuja vedação fora mantida pelos decretos posteriores, quais sejam, Decreto nº 76 de 13 de julho de 2020 e Decreto nº 86 de 14 de agosto de 2020, sendo que este último, apesar de ter alterado o horário de circulação em território municipal, manteve a restrição com relação à realização de eventos com aglomerações;

CONSIDERANDO que, conforme dados extraídos do Boletim Epidemiológico COVID-19², divulgado oficialmente pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, o avanço da doença continua intenso no Estado. Até o momento, já foram registradas 1.395 mortes, com 10 óbitos consolidados na data de hoje (08/10/2020); segundo dados oficiais, 73.548 casos da doença foram confirmados em Mato Grosso do Sul, com 521 casos novos;

CONSIDERANDO, ainda, o *ranking* estadual de casos confirmados, o município de Campo Grande se mantém na primeira posição (32.383 casos); em segundo lugar, Dourados (7.686 casos); em terceiro, Corumbá (4.290); em quarto, Três Lagoas (2.305) e, em quinto lugar, Sidrolândia (2.038), sendo constatado que o número de municípios com alto grau de risco (bandeira vermelha) dobrou em relação ao último mapa;

CONSIDERANDO que, na ausência de vacina ou tratamentos comprovadamente eficazes no combate à doença, as medidas profiláticas e preventivas – como uso de máscaras, isolamento e distanciamento sociais – possuem papel de excelência neste contexto pandêmico, evitando internações, mortes, entre outras lesividades, afora o desmantelamento do orçamento público já tão comprometido com tal situação e outras políticas públicas;

CONSIDERANDO a ampla divulgação pelas redes sociais de *internet* acerca do evento denominado “1ª Festa em Trio”, popularmente conhecida como “Festa do Laço”, promovido pelo organizador CLT Taslimã, programado para 31 de outubro e 1º de novembro de 2020, a ser realizado no município de Caracol/MS, cuja natureza demanda necessariamente a aglomeração de pessoas em número indeterminado (foto de divulgação anexa);

CONSIDERANDO que a democracia brasileira está na iminência de pleito eleitoral que elegerá os próximos representantes do Executivo e Legislativo municipais, sendo que eventos dessa natureza e análogos, na presente época, atraem munícipes de outras regiões e geram intensa movimentação e ajuntamento de pessoas nas vias públicas, seja para aproveitamento da festa divulgada seja para manifestação de apoio a determinados candidatos, o que certamente contribui para o descumprimento do decreto municipal e das demais orientações sanitárias para contenção da pandemia no estado;

CONSIDERANDO que, ainda que haja limite máximo de participantes, a realização de qualquer festa particular, cultos, celebrações de missas, reuniões religiosas, e quaisquer outras espécies de eventos com aglomerações de pessoas estão expressamente proibidas pelos decretos do Município de Caracol, os quais, aliás, harmonizam-se com as orientações sanitárias de nível estadual e com a atual realidade vivenciada pelo Estado de Mato Grosso Sul, consoante mencionado alhures;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do cumprimento dos Decretos Estaduais e o que consta da decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6341;

RESOLVE:

¹ Acesso: http://www.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/NOTA-DE-INSTRU%C3%87%C3%83O-SES_COE-N%C2%BA02-pdf.pdf

² Acesso: <https://www.coronavirus.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/Boletim-Epidemiologico-COVID-19-2020.10.08.pdf>



RECOMENDAR ao Prefeito Municipal de Caracol, Secretária Municipal de Saúde, Coordenadora da Vigilância de Saúde Municipal de Caracol, ao CLT Talismã de Caracol e aos demais organizadores de eventos de qualquer natureza, bem como às pessoas físicas ou jurídicas no que couber, para atendimento em prazo imediato:

Ao Prefeito Municipal, Secretária Municipal de Saúde e Coordenadora da Vigilância de Saúde Municipal:

1) que, com intuito de evitar contaminação da população e orientar como devem proceder durante o período em que vigorar a situação emergencial decorrente da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), adotem as providências necessárias para impedir, em todo território municipal, a realização de eventos que gerem aglomerações, em desconformidade com as medidas sanitárias vigentes;

2) informem quais as medidas adotadas para impedir a realização dos referidos eventos antes de sua realização, atuando de forma preventiva;

3) informem quais as medidas adotadas no âmbito cível e administrativo pelo Município e por sua Secretaria de Saúde, especialmente da epidemiologia municipal, em caso de descumprimento, bem como na fiscalização e aplicação de multas para pessoas que desrespeitarem as previsões sanitárias de contenção da pandemia;

4) que realizem ampla divulgação da presente recomendação em seus veículos oficiais.

Ao CLT Talismã e aos demais organizadores de eventos em geral:

1) que, com intuito de evitar contaminação da população e orientar como devem proceder durante o período em que vigorar a situação emergencial decorrente da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), adotem as providências necessárias para cumprir os decretos municipais supramencionados, a fim de que se abstenha de realizar o evento denominado “1ª Festa em Trio”, assim como quaisquer outras espécies de eventos que gerem aglomeração de pessoas;

2) que realizem ampla divulgação da presente recomendação em seus veículos oficiais.

Remeta-se a presente RECOMENDAÇÃO ao Prefeito Municipal de Caracol-MS, *Secretária Municipal de Saúde, Coordenadora da Vigilância de Saúde Municipal*, ao CLT Talismã e aos demais organizadores de eventos em geral, como também para: a) as rádios difusoras do Município, para divulgação e conhecimento da população em geral, dando a devida publicidade; b) o Centro de Apoio Operacional da Cidadania, por meio de sistema informatizado.

Requisite-se, na forma do artigo 27, parágrafo único, inciso IV da Lei nº 8.625/93, ao Prefeito Municipal de Caracol, Secretária Municipal de Saúde, Coordenadora da Vigilância de Saúde Municipal e aos responsáveis pelo CLT Talismã resposta à recomendação, no prazo de 05 dias, devendo discriminar as providências adotadas, comunicando-as a esta Promotoria de Justiça, por intermédio do e-mail pjbelavista@mpms.mp.br.

Ressalte-se, por cabo, que o descumprimento injustificado desta recomendação e/ou a falta de resposta à requisição ministerial poderá(ão) acarretar a adoção de todas as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis.

Considerando o interesse público que permeia o objeto desta recomendação, publique-se no Diário Oficial do MP/MS.

Bela Vista, 08 de outubro de 2020.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça



COXIM

EDITAL Nº 0032/2020/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2020.00003330-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2020.00003330-0

Requerente: Associação dos Agentes Ambientais do Taquari

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar as Obtenções dos Recursos Econômicos para Unidade de Triagem de Recicláveis de Coxim.

Coxim/MS, 08 de outubro de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça



COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BATAYPORÃ

EDITAL Nº 0010/2020/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2020.00001083-9, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001083-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valmir Rossini

Assunto: Apurar a supressão de 31,97 ha (trinta e um vírgula noventa e sete hectares) de vegetação do Bioma Mata Atlântica, seu autorização do órgão ambiental competente.

Batayporã, 08/10/2020.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça